

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007523-07.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Direito de Imagem**
 Requerente: **Maria Aparecida de Freitas Restaurante**
 Requerido: **Companhia Brasileira de Soluções e Serviços**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de Ação de indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes proposta por **MARIA APARECIDA DE FREITAS RESTAURANTE** em face de **COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS (ALELO)**. Alegou que contratou os serviços da requerida (fls. 22/36), que oferecia sistemas de cartão alimentação/refeição, almejando facilitar os meios de pagamento de seus clientes. Contudo, em 12/04/2017 foi surpreendida com a total inoperabilidade dos sistemas do cartão "alelo", o que permaneceu até o dia 25/05/2017. Informou que tentou o contato com a requerida, através da central de atendimento e posteriormente por e-mail, segundo determinações da atendente, por diversas vezes, sem entretanto ter seu problema solucionado. Alegou que a ré permaneceu inerte por vários dias, e diante da insistência da requerente, encaminhou um primeiro e-mail em 10/05/2017 requerendo o envio de determinada documentação, o que foi prontamente realizado. Informou que a ré se manteve novamente inerte se atendo a encaminhar e-mails repetidos, desconsiderando os documentos encaminhados e reencaminhados por diversas vezes pela parte autora. Em 18/05/2017 recebeu correspondência da ré informando a imediata desabilitação da requerente, diante da constatação de uso indevido dos cartões alelo. Em 26/05/2017, após não obter nenhuma resposta por parte da requerida, o sistema foi restabelecido. Ressalta que os fatos alegados causaram imenso prejuízo. Requereu a condenação da ré ao pagamento do importe de R\$1.000,00 a título de danos materiais, de R\$9.370,00 referentes aos danos morais e o valor de R\$13.000,00 concernente aos lucros cessantes e danos emergentes. Deu à causa o valor de R\$23.370,00.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 21/108.

Citada (fl. 125) a ré apresentou contestação (fls. 126/133). Preliminarmente,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requereu o reconhecimento de incompetência territorial. No mérito, alegou que o estabelecimento comercial requerente havia sido identificado como um potencial fraudador por aceitar pagamentos de valores elevados com o cartão refeição, desvirtuando a finalidade do serviço e as regras do PAT. Ressaltou não haver nenhuma prova dos danos morais, materiais e lucros cessantes alegados. Requereu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 134/159.

Houve manifestação sobre a contestação (166/171).

Decisão saneadora à fl. 173, afastando a preliminar arguida.

Houve audiência de conciliação (fl. 185), realizada em 22/01/2018, que resultou infrutífera.

É o relatório.
Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de pedido de danos materiais, morais e lucros cessantes que a autora intentou diante da inesperada interrupção da prestação de serviços pela empresa ré que, embora contatada via telefone e e-mail, se manteve inerte por mais de um mês, sem solucionar a questão, vindo a restabelecer o serviço somente decorrido esse período.

Pois bem, as questões preliminares já foram analisadas restando apenas a análise do mérito.

Em que pesem as alegações da requerida, e até mesmo o possível desvirtuamento da finalidade do serviço prestado, pela empresa autora, comprovado está que o seu *modus operandi*, ao constatar a possível fraude, supera o limite do aceitável.

A cláusula XIII, "e", do contrato entabulado (fl. 34) não pode ser aplicada ao caso concreto visto que após a constatação da possível fraude por parte do estabelecimento comercial autor, os serviços prestados pela ALELO foram restabelecidos, sendo que o documento de fl. 59 demonstra claramente diversos pagamentos realizados com o cartão "alelo refeição" entre os dias 26/05/2017 a 31/05/2017. Não se pode acreditar que a empresa ré, após constatar a fraude



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

realizada pelo estabelecimento e suspender o serviço, simplesmente retomou a prestação sem nada justificar.

A cláusula contratual acima mencionada dispõe acerca da imediata rescisão contratual nos casos em que reconhecido o descumprimento das normas do PAT pelo estabelecimento comercial, não fazendo menção alguma acerca de possível suspensão unilateral dos serviços prestados para investigações que, ao que parece, foi o que se deu.

O documento de fl. 53, datado de 10/05/2017, demonstra que o envio da notificação acerca da rescisão contratual se deu posteriormente - e muito - da efetiva desativação do serviço prestado.

A parte autora comprova que tentou por diversas vezes entrar em contato com a requerida - vide e-mail's de fls. 38/55 - a fim de solucionar a questão ou, ainda, de entender a razão do descredenciamento, sendo que esta se limitou a prestar a mesma informação por diversas vezes (fls. 48, 51 e 52) requerendo determinados documentos, que foram prontamente encaminhados e reencaminhados várias outras vezes.

A requerida agiu com total negligência e desrespeito, o que não se pode admitir. A autora, por certo, sofreu prejuízos com a repentina inoperabilidade do sistema de cartões, o que enseja a aplicação do dano moral suscitado. Friso que nos termos da Súmula 277, do STJ, " a pessoa jurídica pode sofrer dano moral".

Observando-se que o dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial, moral, psíquico e intelectual da pessoa física ou jurídica, principalmente ao que se refere à sua liberdade, honra, saúde mental ou física e à imagem, clara a ocorrência no caso concreto.

Frise-se que o mero aborrecimento com as situações cotidianas não geram dano moral e devem ser suportadas por todos aqueles que vivem em sociedade.

Nesse sentido já se manifestou este Tribunal:

Certo é que, o mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige. (TJSP-APL 10010080420148260196 SP - 31ª Câmara de Direito Privado. Julgado em 19/08/2014 e Publicado em 19/08/2014. Relator Armando Toledo)

Este, entretanto, não é o caso dos autos, como já explicitado acima. A requerida agiu de maneira totalmente negligente, o que certamente acarretou em prejuízos financeiros e principalmente para a imagem da requerente, e deve, portanto, arcar com as consequências de seus atos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Cumprir destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pela ré.

Nesse sentido, fixo a indenização por dano moral em R\$5.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

A mesma sorte não assiste à autora, entretanto, quanto aos danos materiais e lucros cessantes alegados. Isso porque não veio aos autos qualquer documento comprobatório da efetiva diminuição de seus rendimentos durante o período de suspensão do serviço oferecido pela ré.

Ao contrário, aliás; a parte autora informa que realizou diversas vendas "fiado", tendo recebido corretamente os valores após o restabelecimento do serviço e ainda que faz, usualmente, essa "venda fiado" para que os clientes realizem o pagamento de forma mensal.

Dessa forma, não há que se falar em danos materiais ou prejuízos a título de lucros cessantes, já que essa prova de incumbência da autora, documental, e nada veio aos autos.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para condenar à requerida ao pagamento do valor de R\$5.000,00 à título de danos morais, com correção e juros desde a publicação da sentença, já que o fator tempo foi levado em consideração para a fixação do montante.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação atualizado, para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 09 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**